



DEPOIMENTO

MÁRIO TELES DE OLIVEIRA

Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados. Entre outras atividades na Casa, exerceu os cargos de diretor da Coordenação de Publicações, diretor do Centro de Documentação e Informação.

ENTEVISTADORES:

Glória Varela e Casimiro Pedro da Silva Neto

LOCAL:

Brasília

DATA:

19/9/2003

DURAÇÃO:

1 hora, 37 minutos

TÓPICOS:

A vinda para Brasília; a Comissão do DF; a infra-estrutura de Brasília e da Câmara; a assessoria aos deputados; a atuação da Câmara durante a Ditadura.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor pode começar dizendo seu nome e contando quando e em que circunstâncias o senhor entrou para a Câmara.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Em 1955, eu era funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool, no Rio de Janeiro, na Praça XV, esquina com a Rua 1º de Março, a um passo do Palácio Tiradentes. Era também jornalista. Trabalhava numa agência de informações, a Radiopress. Ia muito ao Palácio Tiradentes fazer entrevistas, colher notícias. Frequentava a Câmara na condição de jornalista.

Na Câmara eu tinha um amigo de adolescência que já era funcionário da Casa, José Augusto Nascimento Guerra, escritor, crítico literário que morreu prematuramente em 1982. Era um amigo e irmão. Conversávamos muito. Um dia ele me perguntou por que eu não ia trabalhar na Câmara. Ia haver um concurso. Estavam abertas inscrições para redator de anais, oficial legislativo e outras carreiras. Anotei aquilo sem maior interesse, mas acabei me inscrevendo em 1955.

O concurso só foi realizado em 1956. O resultado saiu depois, no segundo semestre. O Juscelino assumiu a Presidência, e foi marcada a data para a mudança da capital. A validade do concurso era inicialmente de dois anos, mas foi prorrogada duas ou três vezes. Com a instalação da capital em Brasília, surgiu aquele problema de muitos funcionários não quererem ou não poderem se mudar, alguns porque estavam em vésperas de se aposentar, outros porque tinham esposa funcionária de repartição do Executivo ou do Judiciário. Enfim, uma complicação. Muitos não podiam vir, até por uma questão de direito. E foram se abrindo vagas.

A Câmara se transferiu e precisava de gente para trabalhar aqui. Não sei exatamente qual era a área que a Câmara ocupava no Tiradentes, mas correspondia talvez a menos do que este Anexo II. Não havia comparação.

Ninguém queria vir para cá, era uma aventura morar em Brasília. Então, houve necessidade de reativar mais uma vez a validade do concurso e chamar os aprovados. Eu estava nessa época voltando de Curitiba, onde trabalhei um ano e meio na Delegacia Regional do Instituto do Açúcar e do Alcool, no Paraná. Tinha voltado com a família para o Rio e estava cansado de viagens e de mudanças, queria me assentar no Rio e ficar por lá, apesar de muito insatisfeito com o que ganhava.

O concurso foi difícilimo, diga-se a bem da verdade. As matérias eram Língua Portuguesa, Redação, Técnica Legislativa, Contabilidade Pública, Direito Constitucional, Direito Administrativo e uma versão em língua estrangeira, que podia ser a

francesa, a inglesa ou a espanhola, se não me engano. Devo aqui prestar minha homenagem à funcionária que, desde aquela época e também em Brasília, coordenava com muita competência e rigor os concursos realizados pela Câmara, reconhecidamente dos mais sérios de todo o serviço público. Quero referir-me à saudosa Nayde Pinto Gonzalez.

Era uma competição de nível quase superior. Não exigia a formação, mas era muito severo. Inscreveram-se mais de 600 candidatos. Passamos, finalmente, 36. Fiquei em segundo lugar em Língua Portuguesa. O tema da redação, que devia ser feita em tempo limitado, era “Ouro é o que ouro vale”.

Por curiosidade, citarei de memória estes nomes de colegas desse concurso: Ivan-noeth Lopes Rosas, Alberto de Oliveira, que foi nosso diretor de Segurança, José Marques de Menezes, que foi assessor, Luiz Leite Mariz Neto, com quem trabalhei na Biblioteca, Fernando da Silva, que tem hoje conceituado escritório de advocacia e foi também assessor, Alteredo de Jesus Barros, diretor-geral, Roberto Torres Holanda, Norma Abranches, Mário Augusto Gliosci, que exerceu importante funções como assessor no governo Raimundo Padilha, do então estado do Rio de Janeiro, Yolanda Heick, Luciano Gomes de Lemos, outro assessor, Joel Viana, Sonilton Fernandes Campos, José Maria Valdetaro Vianna, Mário Camilo de Oliveira, Edmo Frossard Paixão, para citar apenas esses.

Terminado o concurso, ficamos esperando ser chamados. Em dado momento – eu já estava de volta ao Rio de Janeiro – recebo telefonema do já citado amigo Guerra, perguntando se eu estaria interessado em assumir a vaga para a qual tinha passado. Nem pensava no assunto. Quatro, cinco anos transcorridos, nem contava mais com aquilo. Que brincadeira era aquela? Nenhuma. Eu seria chamado. A Câmara queria saber se eu estava interessado, porque ela estava precisando de funcionários e queria se preparar, questão de moradia etc. Decidi então pensar. Se naquela época me dissessem que eu viria morar aqui no Planalto Central, em Goiás, diria que a idéia era coisa para caçador, para aventureiro. Não estava no nosso plano de vida. Eu já tinha trinta anos, e meu projeto de vida era todo lá no Rio de Janeiro.

Fiquei pensando. Deram-me um prazo, comecei a fazer as contas. Meu amigo me disse que aqui eu receberia a famosa dobradinha: “Você vai ganhar em dobro”. A carreira de oficial legislativo começava bem. Impressionava, em relação ao que eu ganhava no Instituto do Açúcar. E lá eu não era efetivo, era funcionário extranumérico, como se chamava na época.

Começamos então a fazer as contas, eu e minha mulher. Ela não queria sair do Rio, é claro. Imaginem uma carioca querer sair do Rio! Não queríamos considerar a coisa, mas começamos a analisar as cifras. O poder do dinheiro é muito grande. Meu “olho” era mais gordo do que o dela, porque eu sabia das dificuldades.

Dava aulas até às 11 horas da noite. Saía do Instituto do Açúcar, trabalhava como jornalista e professor e ia jantar já sem fome nenhuma – porque não agüentava mais – às 11 e meia da noite. Acreditam? Eu andava de bonde, no 66, Tijuca-Praça XV. Estava fazendo faculdade, que era na Haddock Lobo, na Tijuca, fazia Letras Anglo-Germânicas. Levava uma vida muito difícil, trabalhosa. Só com aquela idade se agüenta.

Então, como disse, começamos a fazer as contas. Não passou mais pela nossa mente a idéia de vir para onde acabamos vindo. Não fazíamos idéia, não conhecíamos nada, não sabíamos o que era. Aquele meu saudoso colega ponderava: “Aqui é tudo muito difícil, tudo por fazer, tudo por construir, muita poeira, muito frio na época do frio. Há muito desconforto. Vocês têm que considerar!”

Enfim, consideramos. Eu passei um telegrama confirmando meu interesse e fiquei esperando. Num dado momento, recebo da Câmara uma convocação. Mas tinha ainda de aguardar, porque a Mesa da Câmara fizera uma reestruturação administrativa, uma reforma, e ia precisar aumentar o número de vagas na carreira, tudo em função de Brasília. Em pouco tempo isso ia se efetivar e nós iríamos ser chamados. Não demorou muito. Em julho de 1961, pouco mais de um ano depois da mudança da capital, viajei de ônibus para Brasília. Chegando aqui no Planalto, na altura de Cristalina, vi um amanhecer que nunca vou esquecer. Até hoje me emociono. Nunca tinha visto coisa tão bonita, tão bela. O sol nascente. Eu nunca tinha estado num planalto. O friozinho da região, uma sensação extraordinária. Era uma novidade. Fiquei sentindo no sangue – aquela coisa do brasileiro que sente sua terra – aquela mistura de emoções. Sempre que passava por lá, de viagem para o Rio, de carro, eu parava, porque foi lá que eu nasci para o Planalto.

Bem, viajei sozinho, naturalmente. Apresentei-me e fiquei hospedado na casa do Guerra. Quase não havia reuniões na Câmara, porque os deputados não queriam vir. Na verdade, ninguém queria vir para Brasília, com exceção, talvez, dos deputados da bancada de Goiás, que tinham interesse, os de Minas, por causa do Juscelino, mas muito poucos, como os de São Paulo, sempre bandeirantes. Não havia quorum para deliberar, e a Mesa se reunia com dificuldade.

A Câmara nos pediu mais prazo, isso em julho de 1961. Esperamos mais um pouco, até que um dia a Mesa se reuniu e aprovou o aumento das vagas. A Câmara começou então a fazer contato com os aprovados no concurso. Mas havia um detalhe. O Guerra e outros amigos que já estavam aqui disseram que eu devia chegar o mais cedo possível. “Antes da convocação oficial da Câmara, faça isso de algum jeito, porque, quanto mais cedo você chegar, será mais fácil para você ganhar apartamento” – advertiam eles. Havia uma lista, os imóveis não eram suficientes ainda. Apesar de tudo, havia mais gente do que moradia. Vocês, de hoje, não viveram isso. Era uma verdadeira aventura. Enfim, aconselhado desse jeito, assim fiz, inclusive de comum acordo com o diretor-geral à época, o Dr. Adolpho Gigliotti. Havia uma espécie de trama, uma conspiração em comum acordo, porque um precisava do outro. Nós precisávamos tomar posse, a Câmara precisava de gente. Então, houve uma conspiração, um conluio, e fizemos o seguinte: eu redigi uma carta, orientada pela Câmara, oferecendo-me para vir antes da nomeação, tendo em vista a aprovação no concurso e a chamada próxima – tudo isso documentado. A Câmara aceitou logo. Isso ocorreu em julho de 1961. Em agosto, um mês depois, eu estava aqui. Não era funcionário da Câmara, porque não havia a vaga, mas eu podia trabalhar, a Casa me aceitou, porque ela precisava e havia a base legal do concurso, que estava em vigor. Assim como eu, meia dúzia de pessoas fizeram o mesmo. Sem casa, sozinho, um drama.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – A remuneração como era feita?

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Vou dar uma idéia. Não vou dizer quanto, mesmo porque não me lembro. Imaginem: a diferença em relação ao que eu ganhava no Instituto do Açúcar, somado a meus subsídios de professor e de jornalista, era de oito vezes. Passei a ganhar oito vezes mais do que percebia com tudo isso lá no Rio de Janeiro. Oito vezes mais. Quem rejeitaria uma coisa dessas? Quem? Oito vezes mais.

Bom, entrei para a Câmara, comecei a trabalhar. Logo depois oficializou-se tudo. Tomamos posse, outros foram chamados – alguns não vieram, desistiram – e começamos a trabalhar oficialmente. No dia 9 de agosto de 1961 tomamos posse coletivamente no gabinete do diretor-geral, Dr. Adolfo Gigliotti, famoso diretor, muito dedicado, com muita autoridade, desde o Rio de Janeiro. Na posse, que ocorreu na diretoria-geral, no terceiro andar do edifício Anexo I, ele disse, tratando-nos com muita deferência: “Os senhores estão assumindo a carreira funcional – naquela época – mais importante da Câmara dos Deputados”. Ele se referia ao oficial legislativo, o funcionário que fazia tudo: era assessor, era tudo. Também no concurso – como

lembrei há pouco – caía até Direito Administrativo, Contabilidade, etc. Estávamos prontos para exercer qualquer função. O datilógrafo na época era auxiliar legislativo. Nós éramos oficiais legislativos. Começávamos a carreira no PL 6 e íamos até PL 1 ou 0.

Então, começamos a trabalhar. Fui lotado – vejam bem a mão daquele amigo, daquele irmão; não reparem, ele vai aparecer várias vezes; era, repito, um irmão, um amigo de adolescência, cuja morte prematura, aos 55 anos, torna mais emotiva a menção. Mais uma vez ele... Eu não conhecia ninguém. Dos deputados que eu conhecia no Rio de Janeiro muitos não vieram, no início, é natural, muito resistiram a vir. Para cá vieram mais os mineiros, os goianos e os paulistas, lembro-me bem, e alguns nordestinos, que também eram favoráveis à mudança da capital. Eu conhecia poucos deles.

Então, ele me apresentou ao deputado José Bonifácio, que era o primeiro-secretário da Mesa – falarei também depois desse deputado –, mencionando minha formação de jornalista e indicando minha lotação na Diretoria de Documentação e Publicidade, que cuidava da feitura dos Anais da Câmara, a mais importante publicação da Casa.

Sabem como fazíamos os Anais? Vou misturar um pouco os assuntos, porque era tudo muito improvisado. Os Anais eram feitos na Imprensa Nacional, publicados nesta impressão que vocês estão vendo aqui: papel de jornal, tipo pequeno, composição muito fechada, muito difícil de ler e sem muita revisão – a Taquigrafia da Câmara fazia o que podia; mesmo no Rio de Janeiro era assim. Depois, era desprezada essa composição, e recomposto todo o texto, com revisão mais cuidadosa, já sem a participação dos deputados – alguns faziam revisão, outros deixavam que a Taquigrafia mesmo cuidasse disso. Havia umas tiras: um funcionário da Portaria era encarregado de recortar do Diário do Congresso as folhas das sessões e colar em outra folha para nós revermos tudo – era um monte assim de papel – lá no 10º andar do Anexo I. Era um deserto. Aquilo era enfadonho demais. Nós, com saudade do Rio de Janeiro, da chuva, da água, da umidade, da praia, da família, de tudo... E vinha aquela coisa. Era o máximo do enfado. Até hoje não conheci coisa pior em termos de leitura. Tínhamos de rever aquilo, que depois ia para outra composição. Atrasava, demorava. E quem agüentava fazer aquilo? A pessoa ficava dois, três meses naquilo, depois queria fugir. Até hoje me admira que ninguém, naquela época, tenha desesperado. Então, esse era o nosso trabalho. Fiquei lá algum tempo.

Volto ao passado, àqueles tempos de julho de 1961, para mencionar um documento, cujo original trago comigo, assinado pelo primeiro-secretário, deputado José Bonifácio. Trata-se de carta dirigida ao presidente do Instituto do Açúcar. Isso é curioso porque mostra como foi feita a requisição. Vou ler. Carta do deputado José Bonifácio ao presidente do IAA, Leandro Maciel – nenhum parentesco com o senador Marco Maciel – em 12 de julho de 1961: “Sr. Presidente, tenho a honra de solicitar a V.Exa. o obséquo de determinar as providências necessárias a fim de que seja colocado à disposição da Secretaria da Câmara dos Deputados, sem ônus para esse Instituto, o funcionário Mário Teles de Oliveira. Esclareço a V.Exa. que o referido servidor foi aprovado em concurso realizado para o cargo de oficial legislativo, aguardando apenas seja aprovada Resolução em tramitação para sua efetiva nomeação” – aquilo que comentei. “Grato antecipadamente pelas medidas que determinar a respeito, aproveito a oportunidade para apresentar-lhe protestos”, etc. Então, pude sair. Realmente, se não tivesse lido esse papel, teria ficado incompreensível como vim para cá. Eu não me ia arriscar a pedir demissão sem ter sido nomeado. Foi apenas a garantia. Vejam que aquele conluio a que me referi foi fato, está aqui. A nomeação pelo presidente Ranieri Mazzilli da Câmara foi feita em 4 de agosto. Então, fiquei na Diretoria de Documentação e Publicidade até novembro de 1962, quer dizer, seguramente um ano. Estava começando a me fatigar, porque fazer aquilo durante meses, com tudo isso na cabeça, a saudade, o clima – repito por ser importante – a seca, naquela época do ano...

Basta dizer-lhes que, nos primeiros dois, três anos, mesmo depois, assisti a essa cena em Brasília, não estou fantasiando, quando acabava o período de seca aguda: em outubro, algumas pessoas, adultas, crianças, saíam à rua, vestidas, para se banharem na chuva. Era a necessidade de se hidratar, não estou fantasiando, acontecia. Crianças, pais, mães... era uma alegria só, parecíamos uma tribo saudando o “Deus da Chuva”.

Então, fiquei nos Anais até novembro de 1962, quando fui para a Diretoria de Comissões, para ser secretário da Comissão do Distrito Federal. Na época havia duas comissões do DF: a da Câmara e a do Senado. Depois prevaleceu o fato de que o Senado é que representava os estados e não havia por que ter duas comissões, uma vez que a Câmara não tinha nada a ver com o DF. Quem cuidava do Distrito Federal era o Senado. Por isso extinguiu-se a Comissão da Câmara, não me lembro a data. Funcionou talvez uns dois anos. Fui secretariar essa Comissão – ainda aí estava o dedo de José Augusto Guerra, que ao saber de uma vaga interessante, me chamava. De fato havia escassez de pessoal, o problema era esse.

Era presidente dessa Comissão do DF o deputado Guilherme Machado, muito simpático. Lembro dele porque lhe dizia que ele tinha um nome parlamentar muito expressivo. Ele achava graça. Era mineiro, com aquele jeito típico, andava meio de lado. Fui secretariar a comissão na presidência dele. Atropelando os fatos, uma vez que o tempo é curto, isso aconteceu bem no começo de Brasília, 1962, quando muitos deputados, sobretudo os da UDN, Oposição à época do governo JK, não queriam que Brasília funcionasse – na verdade era isso. Houve um tempo, os primeiros dois anos, em que se acreditou que a capital voltaria para o Rio de Janeiro. Muita gente não melhorou de vida aqui por não acreditar na cidade. Basta dizer que a Novacap mandava funcionários à Câmara e em outras repartições com um livro para as pessoas se candidatarem a adquirirem terrenos no Lago Norte e no Lago Sul por ninharia. Por um apartamento de três quartos não se pagava aluguel, mas uma taxa simbólica de ocupação, em torno de dez cruzeiros. Era o Eldorado.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O que se comprava com essa quantia à época?

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Pagava-se viagens para o Rio de Janeiro e São Paulo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Esses dez cruzeiros eram equivalentes a quanto hoje? O que se comprava com esse dinheiro na época?

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Muita viagem para o Rio de Janeiro, para São Paulo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não, não. Esses dez cruzeiros eram equivalentes a mais ou menos o quê? Uma roupa? Um sapato?

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Não chegava a tanto. A taxa era irrisória, era uma taxa simbólica. Não dava para comprar isso. Era equivalente talvez aos 10 reais de hoje. Comprava-se um livro, talvez. Pensei que você estava se referindo aos vencimentos. Então, a Novacap oferecia terrenos, muitos compravam. Deixei de comprar uma mansão no Parkway, naquele trecho privilegiado que dá na pista. Um colega da Portaria tinha comprado, estava pagando. Ele ia se aposentar, estava indo embora e me ofereceu. Eram dois mil cruzeiros, talvez dois mil reais, não sei. Era uma ninharia. E eu não quis. Hoje eu seria dono de uma mansão de vinte mil metros quadrados.

Desculpem-me, afastei-me um pouco do assunto.

Na Comissão do Distrito Federal, como estava lembrando, havia naturalmente deputados que questionavam Brasília. Eram da Oposição, argumentavam que Brasília estava gastando muito. A Comissão do Distrito Federal começou a ouvir depoimentos de autoridades, inclusive do Lúcio Costa e do Oscar Niemeyer. Eu não lembro bem o depoimento do Niemeyer, afinal são quarenta anos, mas o do Lúcio Costa gravou um pormenor. Certo deputado, cujo nome não lembro, questionou-o: “Dr. Lúcio Costa, por que o senhor mandou construir aquelas casas da Avenida W-3 de fundos para a principal avenida da cidade?” Ele ficou impaciente e disse: “Não, não é bem assim”. O deputado disse: “Mas como não é bem assim? As casas dão fundo para a principal via da cidade”. Aí o Lúcio não agüentou e disse: “Não, o senhor está enganado. Aquela via é secundária”. O deputado disse: “Como secundária?” “Secundária não, deputado, secundaríssima”. É que, na mente do Lúcio Costa a idéia era a Brasília de amanhã, do futuro, não a daquele momento, em que tudo acontecia na W-3. Nem a W-3 Norte estava completa, predominava a W-3 Sul. Tudo acontecia lá, tal como em São Paulo, em que tudo acontece no Morumbi. Acontecia, não sei como está hoje. Então, tudo acontecia na W-3 Sul, comércio, restaurantes, lojas, bancos – havia vários bancos ali. Lembro desse fato. O Lúcio Costa dizia: “Não, senhor, aquilo ali é uma via secundária, é uma via de passagem”. E hoje é isso, a cidade cresceu. É importante. Lembro bem desse depoimento na Comissão do DF. Vieram várias autoridades, engenheiros. Não sei se veio o Israel Pinheiro. Mas chamaram as principais autoridades que trabalharam na construção de Brasília. Só não veio o Juscelino, mas todos que eles podiam convocar vinham depor. Havia perguntas bastante contundentes. Os deputados queriam chocar mesmo, para mostrar que Brasília não funcionava. Mas tudo isso passou. Então, fiquei nessa comissão. Tive muito prazer de trabalhar lá. Conheci muitas pessoas. Dei-me muito bem com o deputado Guilherme Machado, como disse, ficamos amigos.

Essa foi a segunda etapa. Estou procurando seguir mais ou menos cronologicamente.

Volto à Diretoria de Documentação e Publicidade para fazer justiça. O diretor era o sempre lembrado Geraldo de Andrade Werneck, um mineiro muito amigo do deputado José Bonifácio. Era um funcionário antigo, viera do Rio de Janeiro, estava quase se aposentando. Coincidentemente, o vice-diretor era o Dr. Jorge Odilon dos Anjos. Foi lá que eu conheci o Dos Anjos. Até hoje há entre nós uma amizade de mais de quatro décadas. O Werneck faleceu logo depois que se aposentou. Ele tinha um irmão gêmeo. Curiosamente – os gêmeos têm disso – não demorou três meses, este faleceu também. Fiz uma boa amizade com o Werneck. Trabalhei muito bem com ele. Lá conheci também o poeta Anderson Braga Horta, que era redator. Menciono

também um que a Câmara quase não conheceu: o Bernardo Gersen, nome literário dele. O seu nome verdadeiro era Bereck Gerzenhut. Era um polonês exilado da Segunda Guerra, escritor, crítico literário. Sofria com uma neurose de guerra, fato pelo qual, parece, acabou sendo aposentado. Talvez ainda viva. Era um judeu muito sofrido; salvo engano, esteve em campo de concentração, conseguiu escapar e veio para o Brasil. Era uma inteligência excepcional, crítico literário, ensaísta. Até hoje eu não vi nenhum estudo tão bem feito sobre a obra de Gilberto Freyre, sobretudo Casa grande & senzala, como o que ele fez em uma série de artigos. Pois bem: ele sentava ali, no décimo andar, para ler aquelas coisas, ainda mais com uma neurose. Quando eu chegava, ele dizia: “Vamos conversar um pouquinho?” Falava com sotaque. Ele queria conversar sobre literatura, sobre autores. Estava habituado ao Rio de Janeiro, era amigo do professor Paulo Rónai e do Otto Maria Carpeaux. Vivia entre intelectuais do mais alto nível. De repente, veio para cá, para o décimo andar. Nós, os considerados normais, já ficávamos deprimidos. Imaginem ele!

Estou contando esses detalhes para mostrar o que foi a aventura de vir para Brasília. Isso um ano depois. Alguns vieram antes. Quando cheguei, a W-3 Sul não estava totalmente asfaltada, uma parte ainda era barro.

Pois bem, dei essa volta para mostrar a minha amizade que fiz com o Werneck, com o Dos Anjos, com escritores. Realmente não tínhamos com quem conversar, fizemos amizades – até descobrimos amizades – como se estivéssemos num exílio forçoso, mas foi um forçoso muito enriquecedor. Descobrimos grandes valores. Todos vieram para esta cidade porque precisavam trabalhar, assim como também vim para cá. Isso foi o começo de Brasília.

Como disse, respondendo ainda à sua pergunta, depois saí de lá para a Comissão do DF, onde fiquei algum tempo até a Comissão fechar. Foi aí que o Guerra soube que o deputado do PSP (partido do Ademar de Barros, governador de São Paulo), Arnaldo Cerdeira, líder do Partido na Câmara, precisava de um secretário. Naquela época havia uma função designada de secretário particular do líder. Não tinha nada de particular, era o que equívale hoje possivelmente ao chefe de gabinete dos deputados, mais ou menos isso. Não tinha nada de particular. Era uma função de confiança do deputado. Era uma função de confiança, realmente, mas não era particular, no sentido rigoroso. O Guerra soube disso por outro colega, o saudoso Carlos Brasil de Araújo, funcionário que também tinha vindo do Rio de Janeiro, um jornalista de talento, precursor dos assessores de hoje. Sucedeu que uma empresa de São Paulo abria um escritório em Brasília de assessoria aos deputados. O Carlos Brasil ia aposentar-se para trabalhar nesse escritório, deixando por isso de secreta-

riar o deputado Cerdeira. Aceitei a indicação e trabalhei com o deputado Cerdeira até, se não me engano, 1966.

Nessa mesma época eu já estava lecionando na Universidade de Brasília. Na Câmara, então, só havia um expediente, é bom que se diga; começávamos meio-dia, uma hora – a manhã era livre. Na Universidade e no Elefante Branco eu tinha bons amigos. Contavam, em tom de pilhéria, que se desconfiassem se alguém passando pela W-3 – que era o centro de tudo – parecesse professor, seria logo abordado, pois era grande a carência de professores para a Escola Normal, o Elefante Branco e a Universidade. Então, acabei lá também. Esse horário único me permitia também dar aula. Sempre quis exercer o magistério, para isso me formara em Letras Anglo-Germânicas pela então Universidade do Rio de Janeiro (Instituto Lafayette). Mas não havia possibilidade de competir com os vencimentos da Câmara nem mesmo lá no Rio.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Só para marcar espaço. Como o senhor ou os funcionários viram os episódios da época, da não-posse do Jango, com um Ato Adicional para o parlamentarismo e, em setembro de 1963, o caso da Revolta dos Sargentos, que fechou Brasília, fez Check Point. Invadiram a Base Aérea e tomaram aviões no aeroporto. Como o senhor viu tudo isso? Parece que houve até prisão ou detenção do presidente da Câmara.

SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – O que consta é que houve relacionamentos talvez tensos entre os dois poderes. Não vi isso, não fui testemunha, mas ouvi dizer que, quando Adauto Cardoso era presidente da Câmara, já depois da Revolução...

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Isso já foi em 1966.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Relataram-me isso e ouvi várias vezes a informação de que o General Meira Mattos – durante a vigência do AI-5, em 1968 ou 1966...

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Em 20 de outubro de 1966, houve o fechamento do Congresso. No caso, o Ato Complementar nº 23.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Ouvi muitas vezes que, na época, alguns deputados haviam se refugiado na Câmara por estarem na lista para terem os mandatos cassados. O general Meira Mattos cercou o Congresso, e o presidente Adauto Cardoso, homem de muita dignidade, fibra e muito zelo pela Câmara, ao sair da Casa perguntou o que estava ocorrendo. O General respondeu que representava o

Poder Militar. E Adauto Cardoso, por sua vez, disse que representava o Poder Legislativo. Cada um afirmou sua posição, homens convencidos de seus papéis.

Sobre a prisão do presidente da Câmara, nunca ouvi falar. O que eu vivi ocorreu exatamente no dia 31 março de 1964. Havia um clima muito tenso em toda parte. Tínhamos receio de que alguma coisa ocorresse na Câmara, alguma violência, enquanto estivéssemos trabalhando. Não íamos saber de onde partiria, porque o clima era tenso. Houve o Comício da Central do Brasil, no Rio, que todos acompanhamos com muita preocupação, porque lá foram feitas as proclamações do almirante Aragão, lembram? Ouvimos isso no rádio e ficamos apreensivos. Houve também a rebelião do cabo Anselmo. Tudo isso, vivemos em 1964. Havia quatro anos que Brasília fora inaugurada – ainda havia muito por ser feito. Não se sabia de muita coisa.

Trabalhar no Poder Legislativo, na Câmara ou no Senado – a Câmara tem hoje 513 parlamentares e o Senado, 81 – faz a gente aprender muita coisa, a conhecer o país. O Senado representa os estados, e a Câmara, os interesses de cada região, de cada município, das cidades. Esta Casa é uma instituição muito viva, muito vibrante.

Sentimos muito a repercussão do que se sucedeu em 1964, havia preocupação com as pessoas que estavam viajando. Depois do dia 13 de dezembro de 1963, do Comício da Central, começamos a sentir que a movimentação não era fácil como antes. Havia mais cuidado. Porque todos estavam em preparo já, não é? A situação acabou eclodindo no dia 31 de março. Preocupações, inquietações, houve.

Continuo meu depoimento.

Em razão do meu trabalho, eu pesquisava muito na Biblioteca, que funcionava no 3º andar do Anexo I. Lá reencontrei um amigo que conhecia desde o Rio de Janeiro, o professor e escritor Edson Nery da Fonseca. É ele hoje a maior autoridade na área de biblioteconomia. Ele foi professor universitário e tivemos a honra de tê-lo no quadro funcional da Casa.

A Biblioteca era dirigida, na época, pela bibliotecária Leda Labouriau. Era uma pessoa também muito competente, de muita tenacidade. Não gostava de Brasília, mas isso era, na época, bastante compreensível. Conforme falei, bem como outros que aqui estiveram, era impossível desenraizar-se do Rio de Janeiro e gostar de Brasília de início. Tudo era hostil. O clima, a carência de tudo, o desconforto, a ausência da família, a saudade dos amigos. A família não podia vir, porque não havia casa para todos. Enfim, havia muito desconforto.

A Leda Labouriau, infelizmente, faleceu há alguns anos. Era muito competente e decidida – já disse – e dirigia a Biblioteca desde o Rio de Janeiro, onde, no Palácio Tiradentes, suas instalações ocupavam uma grande sala, guarnecida por móveis e estantes de grande beleza, com vidros bisotê e que permanecem lá até hoje, tudo muito bem conservado. O acervo não se compara com o que depois se expandiu em Brasília. Pois bem, a diretora Leda veio, assim como nós viemos do Rio de Janeiro. O Edson Nery veio também e, como já disse, foi convocado pela Universidade de Brasília para ser professor, foi o fundador, lá, do curso de Biblioteconomia.

Depois, a professora Cordélia Cavalcanti sucedeu à Leda como diretora. A partir de 1966, quando fui lotado na Biblioteca, trabalhei, sobretudo com essas pessoas. Foi antes da reforma administrativa da Câmara ocorrida em 1971.

Essa reforma foi organizada pela Fundação Getúlio Vargas. A Câmara tinha vindo do Rio de Janeiro, do Palácio Tiradentes; tudo muito diferente em relação a Brasília, que tem esse espaço todo. Então, era preciso crescer, necessariamente!

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Permita-me fazer um questionamento sobre gênero. Havia mais funcionárias, ou seja, membros do sexo feminino, ou mais homens trabalhando aqui na Câmara? Havia alguma função a que as mulheres se prontificavam mais, específica das mulheres, ou era tudo misturado? Como era o relacionamento entre funcionários e funcionárias?

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Havia bastantes funcionárias, mulheres, em todos os setores. No meu concurso, houve predomínio de homens. Mas, se fizermos conta, talvez um terço era de funcionárias. Isso há cinqüenta anos, foi em 1956 o meu concurso, como disse no começo deste depoimento. É bom lembrar a data. Muitas mulheres se inscreveram no concurso e passaram. Isso não significa que não havia preconceito. Havia, talvez, mais do que hoje. Mas elas tinham acesso. Não era, digamos assim, proibido.

Na Biblioteca, por exemplo, a maioria era de bibliotecárias. Na biblioteconomia sempre predominaram as mulheres. Bibliotecários eram poucos: Edson Nery, o Washington Moura, o Tarcísio França, o Anibal Coelho. A maioria era de bibliotecárias.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E na Taquigrafia, a predominância era de mulheres também?

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Lá também. Exatamente. Havia homens taquígrafos. Lá, talvez, fosse mais equilibrado. Estou assim falando por alto.

Lembro-me de colegas homens e mulheres na Taquigrafia. Havia muitos servidores do sexo feminino lá também.

Quer dizer, na Câmara, não havia preconceito por ser ou não mulher. Você tocou num ponto interessante. Trabalhar numa Casa como a Câmara, em que predominava, naquela época, o homem, o deputado – hoje, não! Está diferente. Trata-se de lidar com a autoridade diretamente, pessoalmente, fisicamente. É uma característica do Poder Legislativo. No Executivo, para você falar com um diretor, é mais difícil. Tem que pedir audiência. No Judiciário, também, há distância. Para falar com um ministro, só aqueles que trabalham diretamente com ele, no gabinete. Ainda hoje é assim. No Judiciário, talvez mais ainda. Desculpem-me magistrados, mas parece-me que é assim. Eu sinto isso.

O SR. ENTREVISTADOR – O Edson Nery ainda está vivo, não é? Parece que ele está em Olinda.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Ele é oblato, quer dizer, presta, como religioso leigo, serviço no Mosteiro de São Bento de Olinda. Ele mora na mesma rua do histórico Mosteiro, na Rua de São Bento.

O SR. ENTREVISTADOR – E ele foi o braço direito do Sarney também. Ele deu um grande apoio.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Foi assessor especial no Planalto, no governo Sarney. Por sinal, ele acaba de publicar um livro, coincidentemente, sobre a vida monástica – talvez o melhor livro dele. Vem lançar aqui em Brasília, talvez agora em outubro.

Pois bem, para não perder o fio da meada, vou continuar.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor estava falando de quando foi para a Biblioteca.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Sim. Fui para lá a convite do professor Edson. Ele cuidava de uma publicação editada pela Biblioteca: Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados. Esse Boletim era mensal ou semestral, não me lembro bem. Muito interessante. Faz parte do acervo da Biblioteca. Ela publicava a bibliografia da Câmara. Os livros, à medida que iam chegando, iam sendo classificados, catalogados, e o Boletim publicava. Era o veículo de comunicação com o leitor. Convém lembrar que, nessa época, o computador dava os primeiros passos.

Acho que o Boletim acabou quando começou a mecanização dos serviços da Biblioteca. Foi por isso. Ficou obsoleto, não tinha mais sentido.

Como dizia, fui chamado pelo Edson Nery para ajudá-lo, para trabalhar no Boletim. Era uma seção da Biblioteca antes da reforma de 1971. Ele publicava também, nesse Boletim, as biografias dos presidentes da Câmara dos Deputados desde o Império, desde 1826, quando a Câmara se instalou – o nome do primeiro presidente era Coutinho, um sacerdote –, até a República. Eu me lembro que ainda colaborei na biografia do presidente Ulysses Guimarães.

Então, como estava lembrando, esse Boletim, essa revista, publicava essa seção importante, as biografias dos presidentes da Câmara. Para os primeiros presidentes, nós íamos aos arquivos, pesquisávamos. Já com os contemporâneos, íamos entrevistá-los. Entrevistei os deputados Ulysses Guimarães, Geraldo Freire – foi um dos últimos – e acho que Bilac Pinto. Enfim, era um trabalho muitíssimo interessante.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – E essas entrevistas estão nesse Boletim?

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Sim, as biografias trazem o período presidencial, uma breve biografia e o mandato. Acho que tem foto. Está lá no acervo: Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados. É uma publicação interessante. Esse é o ponto alto. São dois: a bibliografia, que hoje está superada, porque está tudo aí no computador; e essas biografias.

Depois que o Boletim parou – este já é um comentário lateral –, o próprio Edson Nery quis, comigo também, refazer essas biografias e publicá-las em forma de livro. Mas aqui eu devo abrir um parêntese, sem nenhuma crítica a ninguém – é um fato, uma realidade: fizemos a sondagem e não sentimos receptividade. A resposta foi que os dados estão todos aí no computador. Mas não era esse o nosso objetivo. O que se queria era isso aqui: uma foto, um documento. Nós queríamos reunir todas as biografias, refeitas, atualizadas, com mais dados, outro tratamento, mas não houve respaldo para essa idéia.

Então – repetindo – fui para lá, para a Biblioteca, para fazer esse trabalho, que fiz com muito prazer, não só por trabalhar ao lado de um mestre na matéria, aprender coisas do arco da velha em termos de documentação, de seriedade ao lidar com documento, de literatura. Ele sabe tudo. Ele é um escritor, o principal colaborador do escritor Gilberto Freyre, principal colaborador da obra dele. Um

colaborador no sentido mais alto da palavra. Não aquele que dá palpite, mas que era ouvido, respeitado.

Continuando: com a aposentadoria da professora Cordélia Cavalcanti, que tão importantes serviços prestou à Universidade de Brasília e à Câmara, na área de Biblioteconomia (como aliás já sucedera com Edson Nery da Fonseca, homenageado, ao aposentar-se, com o título de Professor Emérito da UnB), fui nomeado diretor do Centro de Documentação e Informação (Cedi) de nossa Casa. Nesse cargo contei sempre com o apoio de meus colegas de trabalho, do mais qualificado ao mais modesto servidor. Nunca me faltaram também o estímulo e a confiança dos sucessivos presidentes e membros da Mesa Diretora da Câmara, sem o que nada teria sido possível realizar. Permitam que, nesse aspecto, eu destaque o nome do presidente José Bonifácio, que tanto desvelo manifestou para com o Cedi, desde os tempos em que, na estrutura administrativa antiga, era conhecido como a Biblioteca da Câmara; e o de hoje, ministro Luciano Brandão Alves de Souza, ex-diretor-geral da Secretaria da Câmara, cuja competência e firmeza são reconhecidas por todos quantos sob sua direção exerceram as mais variadas funções nesta nossa Casa de trabalho.

Assim, foi muito rica aqui minha experiência como servidor público da Câmara. Em nenhum outro lugar onde trabalhei – fui jornalista, professor, funcionário público do Executivo, fui empregado de loja de ferragem na juventude, na primeira juventude – senti essa riqueza de crescer, de aprender, de ampliar os horizontes que vivi aqui na Câmara.

Na Câmara, mesmo em se tratando de Brasília, e eu nunca tive preconceito, enfrentei dificuldades, mas nunca fui contra Brasília! Eu tinha lido, do Cassiano Ricardo, A marcha para oeste, preconizando – aliás, desde o Império que se preconizava – a mudança da capital, e conhecia a obra de José Bonifácio, o Patriarca da Independência, que também era a favor.

O destino é curioso. Ainda sem entender bem das coisas, quando ouvia falar em interiorização da capital, sentia uma vibração diferente. Vibrava com a aquilo. Olhava para o mapa do nosso país e via aquilo e “via” aquilo lá. “Puxa! Realmente... por que só aqui? E tudo lá, deserto!” – pensava.

Então, quando mudou a capital e vim para cá... houve muito desconforto. Realmente, todos os que viemos para cá no começo comemos muita poeira, sofremos muita depressão, muita angústia. Sofremos muito. Mas compensou. Imagine o país de hoje com a capital ainda hoje no Rio de Janeiro! O país teria ficado anão, teria ficado capenga, sei lá!

Então, aqui na Câmara a gente aprende. Só alguns nomes com quem tive privilégio de conversar, de trabalhar: Afonso Arinos de Melo Franco. Aliás, vou antecipar: no livro que ele escreveu sobre o sesquicentenário da instalação da Câmara – é bilíngüe – me honrou muito a dedicatória dele. Porque trabalhamos juntos. Fui à casa dele várias vezes, na Rua Dona Mariana, em Botafogo, no Rio de Janeiro, uma casa senhorial, casa antiga, com árvores, mangueiras e uma biblioteca de vinte mil volumes. Uma meia dúzia de vezes estive lá. Conversamos muito.

Não serei pretensioso a ponto de dizer que fui íntimo de algum, mas conversei com Raul Pilla, Gustavo Capanema...

A respeito deste último vou contar um episódio que me emociona ainda hoje. O deputado e depois senador Gustavo Capanema vinha muito à nossa Biblioteca. Já nos últimos tempos de vida freqüentava bastante nossa Biblioteca. Gostava muito de livro. Como sabem, ele foi ministro da Educação no governo Vargas. Desde a Revolução de 1930, desde que Vargas assumiu o governo, ele foi para o Ministério da Educação. Eu sempre tinha... não somente eu, claro, outros também se admiravam, e eu me admiro ainda hoje, da obra que esse homem fez, a obra verdadeiramente cultural que ele fez de 1930 até 1945. Foi no Ministério da Educação e Saúde, os dois juntos. Publicações não somente na área da literatura. Na música, o Ministério apoiou Villa Lobos; na pintura, Portinari, os afrescos, os murais de Portinari. Tudo isso era apoiado. Não havia campo para artista desse porte viver no Brasil, como aliás em quase todo mundo. Foi o tirocínio de Capanema que possibilitou isso. Não esqueço também que ele tinha ao lado o seu chefe de gabinete. Lembram-se? Carlos Drummond de Andrade. E não podemos esquecer outro grande colaborador de Capanema: Rodrigo Melo Franco de Andrade, o homem que instituiu no Brasil o Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, salvou Ouro Preto e tantas riquezas de nosso melhor passado.

Conheci Carlos Drummond: uma flor de pessoa, uma delicadeza. Parecia etéreo, tão sutil. Tinha a personalidade muito forte. Magrinho, mas muito espiritual. Ele se dizia agnóstico, mas era um homem espiritual. Não fosse, não seria o grande poeta que é.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dr. Mário, quando se aposentou, o senhor continuava na Biblioteca. Ao todo, quanto tempo o senhor ficou lá?

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Quando eu saí...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – É. O senhor se aposentou em...?

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Em 1980. A aposentadoria está aqui, os números oficiais. Eu me aposentei em 1980.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então o senhor ficou quatorze anos.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – É por aí. Foi no dia... Veja bem, a Portaria me aposentando está datada de 20 de maio de 1980.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, o seu contato com o processo legislativo foi mais transversal.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Sim. Quer dizer, não foi direto. Mas ele era um contato curioso. Não era, por exemplo, de quem trabalhava na Mesa, como o meu amigo Paulo Affonso; não era de quem trabalhava nas comissões, como a querida colega Yolanda Mendes; mas era tão vinculado, tão ligado, que... a minha área é a área legislativa. Não esqueça que a Biblioteca, mais que isso, era uma assessoria, na época; era a principal assessoria para os deputados, que lá pediam pesquisas. Hoje elas são feitas pelos consultores. Mas naquela época era a Biblioteca que fornecia as cópias, fazia as pesquisas. Não elaborávamos textos, não fazíamos isso. Mas lembro – acho que ainda tem os gabinetes lá –, os deputados pediam a pesquisa e os seus auxiliares iam pesquisar lá. Era uma espécie de consultoria. Então, o processo legislativo era vibrante lá dentro.

Eu não quero mais me desviar nessa homenagem ao Capanema. E hoje está se fazendo justiça a ele. É curioso, tudo passa. Os franceses dizem: *Tout passe, tout casse, tout lasse* – tudo passa, tudo quebra, tudo cansa. É a vida.

Sua obra, elogiada por pessoa de valor, não sou eu... Quando ele começou a aparecer, já o senador, já no “finalzinho” da vida, ia lá, sentava-se. Eu era diretor, ia lá homenageá-lo. Ele sentado. Queria conversar – já meio “cansadinho”. Eu ia lá, perguntava se ele queria um café e me sentava ao lado dele. Ele punha a mão na minha mão – lembro bem –, não me deixava sair mais. Queria conversar.

Tudo isso eu estou contando para chegar ao núcleo da coisa. Um dia, eu disse: “Senador, me permita: Um dia, eu tive um delírio” – contando pra ele – “tive um delírio de pensar que iria escrever alguma coisa em homenagem a sua obra no Ministério da Educação”. Ele disse: “Meu filho, mas por quê? Pela obra?” Aí, eu lembrei e disse: “Senador, não sou eu.” Aliás, escreveram. Esse elogio está aí. Eu tenho um livro lá em casa, dois: “A era Capanema”, parece que é assim. Fizeram justiça a ele – não me lembro bem quem é, não me lembro mais. Contaram o que ele fez para o Brasil:

música, pintura, literatura, as artes populares, dicionário de folclore, tudo do ministério funcionou. Tudo. Até disse a ele: “pensei um dia... sonhei um dia escrever nem que fosse um artigo para fazer justiça ao senhor!” Mas vi que outras pessoas estavam bem mais capacitadas. Não só tinham pensado, mas tinham trabalhado, já tinham publicado alguma coisa. Ele disse: “Mas meu filho!” Ele ficou emocionado, porque ele estava naquela fase em que a pessoa sente que está terminando e qualquer palavra que seja verdadeira emocional, repercute na pessoa. Lembro bem da mão dele. Não queria me largar. Quem me visse de longe com ele... Parecia que estávamos namorando os dois. Pegava na mão, não soltava. Felizmente era um ancião e não tinha possibilidade. Olha só, eu falando ao microfone; estou dizendo coisas absurdas.

Pois bem, conversávamos. E ele disse: “O senhor acha?” “Mas claro! E não sou só eu que acho.”

Então, voltando: aqui nesta Casa, não sei como está hoje, mas na fase em que vivi aqui, nos vinte anos que passei aqui e antes, no Rio de Janeiro, havia essa possibilidade de você conviver com Luiz Vianna Filho, no Senado... Porque, apesar de eles serem senadores, não importava. Senador ou deputado, eles vinham muito aqui à Biblioteca da Câmara, embora o Senado tivesse uma biblioteca fabulosa. Sobretudo no começo, a da Câmara era mais freqüentada. Depois a do Senado atualizou o seu acervo e está atendendo às duas casas.

Então nós podíamos conversar com o Luiz Vianna Filho, conversar sobre a obra dele; Aliomar Baleeiro, San Tiago Dantas... Ouvir San Tiago Dantas falar... Eu me permito, claro que não ouvi o outro, mas conta-se que ouvir Oscar Wilde era um privilégio: ele era o homem da improvisação. Dizem que os escritos dele são uma sombra tênue do que ele era quando contava aquelas coisas. Dizem que era um espetáculo. Quando ele entrava num salão, o salão todo ficava em volta dele, pendurado do lado dele, porque tudo o que ele dizia era uma jóia. Então, San Tiago Dantas falando, presumo, era uma coisa parecida... Porque quando ele falava a casa toda silenciava. Fosse da oposição, fosse adversário, ele falava num ritmo elegante, claro, sério. Não era homem de fazer observações pitorescas. Um homem sério, um homem de estudo, um homem da maior altitude cultural e moral. Carlos Lacerda...

Outra coisa que é importante nesse depoimento e que faço questão de acentuar – aqui nós aprendemos uma coisa: nos conduzimos com respeito, com isenção, na medida em que... O ser humano não pode ser isento politicamente. Claro que cada um tem suas tendências, suas simpatias partidárias. É eleitor, vota aqui, vota lá. Mas

aqui nós aprendemos uma coisa: você respeita o valor, seja ele comunista, seja ele integralista – por falar em integralista, Plínio Salgado. Meu Deus do Céu, que privilégio conhecer esse homem! Eu o conheci. Munhoz da Rocha...

Eu estou falando nesse tom de isenção, de respeito pelo valor – o brasileiro, o valor do intelectual, do homem brasileiro na sua expressão mais rica, de intelectual, de pensador.

Plínio Salgado eu conheci de forma curiosa, mas não vem ao caso. Uma vez estive com ele em um lugar fora de Brasília, sem nada a ver com a política dele, aliás com nenhum dos outros. Sinceramente, insisto nisso, você aprende isso. Afonso Arinos, amigo do San Tiago Dantas, que era adversário político do Plínio Salgado, mas eles se entendiam. Em termos de cultura de pensamento eles se entendiam. Isso nós aprendemos aqui. Essa talvez seja a lição maior que nós funcionário da Câmara aprendemos.

Eu não tenho autoridade para dizer isso, mas se eu tivesse diria aos colegas presentes e futuros que, ao entrarem nessa Casa, tivessem espírito de tolerância ampla, total; de isenção, que façam política lá fora, não aqui dentro, porque se perde tudo aquilo que poderíamos dar de contribuição ao Brasil, ao Poder Legislativo. Se você fica do lado de um deputado de um partido ou de outro, você não vê aquele outro que tem tanto ou mais valor intelectual ou cultural.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dr. Mário, esse nosso projeto tem como balizamento exatamente os 180 anos do Poder Legislativo, e deu para perceber pelo seu depoimento que o senhor tem um profundo respeito pelo Poder Legislativo.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Desde o início fiz questão de mostrar que ao vir para cá fui privilegiado, como outros, bem recompensado. Não poucas vezes fizemos sacrifícios. Íamos para casa, com frequência, às nove, dez horas da noite. Chegava o fim de semana e nós estávamos fatigados. Trabalho diuturno, sempre à disposição do deputado, especialmente num setor como o da Biblioteca, o Cedi, em que você fica de prontidão, esperando ser chamado. Há outros setores também. Muitas vezes eu, como diretor, despachava, aproveitava para redigir e assinar expedientes, mas havia outros colegas que ficavam esperando. A nossa resistência física é limitada. Chegava sete, oito horas da noite, desde cedo, não era possível, a cabeça não funcionava mais.

A natureza do nosso trabalho é diferente. Digo isso porque trabalhei no Executivo também. Como é diferente, sobretudo no aspecto positivo de você conviver com expressões maiores da cultura, mas com colegas de muito caráter.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Dr. Mário, só uma abordagem. Sou o chefe da Documentação Parlamentar. Talvez o senhor não saiba que eu sou historiador e cuido dos Anais e dos Diários que o senhor tão bem preservou.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Eu sozinho não.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – O senhor e todos os servidores que nos antecederam. Em 2000, quando fizemos um levantamento dos Anais e dos Diários que tínhamos para digitalizar e disponibilizar na Internet, e na busca dos Anais e Diários que faltavam, sempre ouvia uma brincadeira, da Suelena e de outros funcionários, de que quando houve a mudança da capital para Brasília, um dos caminhões que fazia o transporte perdeu os Anais e os Diários...

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – É verdade.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Sendo o senhor mais antigo, gostaria de fazer esse questionamento sobre como foi isso, porque se o senhor não contar vamos perder essa história. Há vários Anais e Diários que faltam em nosso acervo, e só tivemos ciência disso quando fizemos o balanço para colocar tudo na Internet. Tivemos de pegar na Imprensa Nacional, no Ministério da Justiça para completar nossa coleção e tivemos de devolver.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – É verdade. Sentimos isso várias vezes quando fazíamos as pesquisas solicitadas pelos deputados ou trabalhos de publicações, como as que vou mencionar aqui. Não me lembro mais, mas foi por essa época da mudança. Não me lembro como ocorreu esse extravio. Talvez a colega Nilza Teixeira Soares, que foi diretora do Arquivo, que certamente vai depor aqui um dia, possa dar melhor informação, ou outros colegas, o Luiz Leite Mariz Neto, que foi diretor da Coordenação de Estudos Legislativos, que cuidava exatamente da legislação. Isso é um fato, é uma lástima, como recuperar isto? Aconteceu. É fato. Agora... foi a mudança.

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Para seu conhecimento, a Câmara dos Vereadores de São Paulo comunicou-me esta semana que pretende doar todo o acervo que possui dos Diários. Minha esperança é que esse

material que se perdeu esteja nesse acervo da Câmara de Vereadores. Se estiver, está salva nossa história.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Tenho uma sugestão. Hoje é tão fácil pela Internet, quem sabe o Centro de Documentação não poderia lançar uma indagação às assembléias que possam ter, e nem sabem que têm, esses volumes que se perderam, para que sejam copiados, fotografados?

O SR. ENTREVISTADOR (Casimiro Pedro da Silva Neto) – Estamos preocupados com isso, e estamos fazendo esse trabalho, esse tipo de levantamento. Esse de São Paulo me animou muito. Parece que está há muitos anos guardado e sem ninguém mexer. Principalmente da década de 70, quando chegaram as máquinas xerox. Hoje o papel perdeu muito da sua cor, está quase apagado, devido à passagem pela máquina quente da xerox.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Quero falar duas coisas. Primeiro o senhor fez uma sugestão para que Dona Nilza falasse uma coisa a esse respeito.

A outra, é que fizemos a programação acreditando que alguns depoimentos durassem em torno de duas horas. A Dona Dorothy veio para contribuir também. Já vi que estamos longe do final, poderíamos marcar outra entrevista para continuarmos daqui. Gostaria só que o senhor fechasse a questão da Dona Nilza e já agendaríamos o seu retorno.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Para mim não tem problema. A garganta já começa a reclamar. A parte que eu considero muito interessante é a cultural que a Câmara fez com as publicações, os convênios, tudo isso me parece muito importante. O que pode ser feito aqui e que lá fora não se sabe. Então paramos nessa parte, ainda na Biblioteca, no começo, para chegar às publicações.

Com relação à Nilza, ela tem informações porque participou da mudança, ela me disse que veio logo depois, mas ela participou da mudança, sobretudo do arquivo.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Ela recebeu muitas coisas que vieram depois.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Com certeza, ela e outros colegas têm coisas muito interessantes que eu nem sei, não era da minha área, do meu conhecimento.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Henrique de Oliveira Porto Filho) – Agradecemos ao senhor e pedimos desculpas pela interrupção e, com certeza, nesta semana teremos alguns horários livres. Se houver compatibilidade, marcaremos uma hora.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Combinado. Não tenho o dom da síntese. Vou lembrando de muita coisa à medida que falo. Fica então para outra ocasião a parte desse documento.

(NÃO IDENTIFICADO) – Mário, não se subestime, porque aprendemos muito com sua vivência. Eu sou suspeito para falar porque o conheço.

O SR. MÁRIO TELES DE OLIVEIRA – Eu sou a Câmara no sentido desse aprendizado, aprendi aqui. Era tão xucro antes de vir para cá! Não conhecia o Brasil. Se você entra na Câmara com espírito de tolerância, de respeito aos outros, não com espírito partidário, o funcionário não pode ter partido aqui dentro. É um erro gravíssimo, é uma perda, é lastimável. Quando você entra aqui com o espírito aberto, você vê o Brasil, você vê as contradições, e tudo mais.

Muito obrigado!